



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 7/XVI/M&C 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de maio de 2024, pelas 14:15 horas, reuniu a Mesa e Coordenadores da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência com o Movimento pela Democratização dos Partidos

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo 1.º Vice-Presidente da Comissão, Deputado **Carlos Eduardo Reis (PSD)**, foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e delegação visitante. Depois deu conta da grelha de tempos pela qual se regeu a audiência. Após os cumprimentos deu a palavra à delegação do Movimento pela Democratização dos Partidos para uma intervenção inicial.

Da delegação, Rui Martins, referiu que a democracia estava sob cerco de ditaduras com as da Rússia, da China, do Irão, do Afeganistão, entre outros, que endurecem os seus regimes, coordenam-se entre si e expandem a sua influência no mundo. Referiu que todos os dias, empresas e instituições públicas portuguesas são alvo de tentativas de intrusão e de ciberataques conduzidos por organizações toleradas ou financiadas pelos regimes no poder na Rússia e China. Que vários países ocidentais, das organizações a que Portugal pertence (OTAN e UE) são alvo – em particular – da instalação de software nas redes de eletricidade, por parte da China. Referiu que a Rússia tinha multiplicado por quatro os seus navios “científicos” que reconhecem a ZEE de Portugal onde passam 24 cabos submarinos que ligam Portugal e a Europa ao mundo, significando uma ameaça. Realçou o financiamento de Putin aos partidos populistas de direita na Europa, a espionagem e divulgação de notícias falsas, como condicionantes da democracia na União Europeia.

Lida Bonakdar, referiu que não existia nenhum canal seguro para aceder às histórias reais de outra geografia, apresentando o exemplo do Irão, no qual o governo tentava traçar uma narrativa distante da realidade. Enumerou algumas ações com as quais se garantia um canal seguro para ajudar e promover o apoio moral, financeiro e logístico, a saber:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 7/XVI/M&C 1.ª SL

facilitar os processos de visa, permissão de residência e passaporte para ativistas de direitos humanos, mulheres em perigo, incluindo a comunidade LGBTQ+, e outros grupos discriminados. Oferecendo oportunidades de emprego para a comunidade com base nas suas capacidades, considerando as barreiras linguísticas. Criar projetos de financiamento para artistas ativistas em forma de residências artísticas e de workshops, para compartilhar as suas histórias para aumentar a consciência. Apoiando financeiramente estudantes e alunos que estão ansiosos para pesquisar, testemunhar ou escrever sobre este tópico, apesar de estarem sob pressão e a sofrerem. Também sugeriu estabelecer uma plataforma de apoio de informação para a comunidade mencionada ou qualquer pessoa que sinta necessidade de se registar e falar sobre as suas preocupações com a segurança ou necessidades específicas. Ksenia Ashrafulina, agradeceu a Portugal o fato de continuar a emitir vistos e permitir a entrada dos cidadãos russos no território nacional. Apresentou três propostas, a saber: que os cidadãos russos possam fazer pedidos de visto mesmo sem residência; em caso de perseguição política, quando uma pessoa não consegue cumprir os procedimentos comuns, ter a possibilidade de pedir um visto humanitário ou, tendo entrado com um visto Schengen, pedir uma autorização de residência por motivos humanitários; criação de um grupo dedicado para investigar e detetar casos de espionagem dos serviços secretos russos. Mahdiya Erfani apresentou o que denominou de estado precário da democracia no Afeganistão sob o regime talibã e como Portugal e a União Europeia podem apoiar o povo afegão. Apresentou uma visão comparativa, reforçando a ilegitimidade dos talibãs e a sua governação autocrática. Referiu que os talibãs impõem um severo apartheid de género no Afeganistão, sendo as mulheres privadas dos direitos humanos básicos, incluindo liberdade de expressão, educação, emprego e direito de viajar, entre outros. Referiu existir perseguição étnica, dando o exemplo da promoção, por parte dos talibãs, do genocídio contra o povo Hazara devido à sua etnia e crenças religiosas xiitas e os ataques aos tajiques, afiliados à Frente de Resistência Nacional em certas regiões. Solicitou ao governo português a emissão de mais vistos para ex-funcionários do governo que vivem na clandestinidade e enfrentam graves ameaças às suas vidas e às de suas famílias e solicitou, também, o aumento substancial na concessão de bolsas de estudo para estudantes afegãos, com ênfase particular no apoio a meninas e mulheres.

De seguida, entrevistaram a Deputada e os Deputados **Regina Bastos (PSD)**, mencionando que o Governo português defende os valores da democracia e dos direitos humanos. De

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 7/XVI/M&C 1.ª SL

seguida, apresentou a posição do Governo português, referindo, em suma, da condenação por parte deste, ao nível da União Europeia e a nível internacional nas suas relações externas de todas as violações dos direitos fundamentais e de violações e práticas não democráticas. Referiu que o Governo português tem, a nível nacional, a possibilidade de conceder vistos de entrada no território nacional de diferentes tipologias. Não obstante, não se enquadra o visto humanitário destinado a defensores de direitos humanos, de ativistas pró-democracia e jornalistas independentes. Reforçou que o acordo de Schengen já permitia alguma flexibilidade, nomeadamente, na concessão de vistos Schengen com validade territorial apenas para Portugal, quando as razões que a fundamentam assim o aconselham e um visto especial para entrada e permanência temporária em território nacional a cidadãos estrangeiros que não reúnam os requisitos legais exigidas para o efeito. Reforçou que, neste particular tem muito mais peso o esforço conjunto do Governo português com os parceiros e Estados-membros da União Europeia do que uma posição isolada nacional.

Paulo Pisco (PS) realçou a importância daquela audiência e que na Assembleia da República têm existido diversos debates, resoluções, votos, entre outros, sobre os assuntos relacionados com os países representados pela delegação. Informou que é membro do Conselho da Europa, onde contacta com diversos membros de resistência e que era importante manter um contacto próximo com aquela delegação. Questionou sobre qual o papel da resistência. Informou que o Grupo Parlamentar do PS condena o que está a acontecer na Rússia, Afeganistão e Irão, onde os atentados aos direitos humanos são persistentes.

Rui Tavares (L) informou que o Grupo Parlamentar do L apoiava todas as propostas apresentadas pela delegação, tendo esta Grupo Parlamentar apresentado algumas iniciativas que são idênticas às recomendações apresentadas. De seguida, realçou a necessidade de Portugal adaptar, no quadro da lei nacional e do direito europeu relativo à liberdade de circulação, a circunstâncias particulares que emergem de país a país. Informou ainda que o Grupo Parlamentar do L defende a criação de passaportes ou vistos internacionais humanitários, sendo também, a nível do direito internacional, necessário criar um protocolo anexo às convenções de Genebra. Defendeu o reforço do combate à corrupção.

Ricardo Dias Pinto (CH) manifestou o apoio aos argumentos apresentados pela delegação, realçando a firme condenação do Grupo Parlamentar do CH à Federação



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 7/XVI/M&C 1.ª SL

Russa, República Islâmica do Irão e do Afeganistão. Referiu que no combate a estes regimes, já tinham sido aplicadas sanções à Federação Russa, mas que muito haveria ainda por fazer. Relativamente ao Irão, manifestou a posição de ser favorável ao regresso ao regime sancionatório, anterior à assinatura do Acordo Nuclear de 2015 e, inclusive, ser adotado um regime sancionatório mais ambicioso.

Rodrigo Saraiva (IL) reforçou que o Grupo Parlamentar da IL sempre condenou regimes totalitários e apresentou diversas iniciativas e projetos de voto com esse mesmo tema. Manifestou total apoio às recomendações apresentadas pela delegação, nomeadamente, à criação de vistos humanitários e combate à corrupção. Relativamente à concessão de visas, alertou para a necessidade de uma forte monitorização.

A delegação agradeceu o apoio do Parlamento português e esclareceu algumas dúvidas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 15:50 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2024.

O VICE-PRESIDENTE

(Carlos Eduardo Reis)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 7/XVI/M&C 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)

Paulo Pisco (PS)

Ricardo Dias Pinto (CH)

Rodrigo Saraiva (IL)

Rui Tavares (L)

Regina Bastos (PSD)

Pedro Pessanha (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024